

Apresentação

Gênero, famílias e reprodução social (mais ainda quando assim, justapostos) são temas que se pode definir como clássicos no campo da antropologia: sua vinculação, direta ou indireta, ao estudo de redes sociais baseadas em parentesco e à forma com que se conferiu um lugar central a esses estudos, que tão recorrentemente se pensaram (e tão habitualmente foram aceitos como tal) enquanto tipo de núcleo privilegiado de geração de teoria antropológica (Cf. Kuper, 2008), fez com que o desenvolvimento desses temas fosse, ao menos em parte, indiscernível do percurso histórico da própria disciplina. Contextos etnográficos em África, malgrado as várias imprecisões ou o caráter fugidio que essa definição comporta, poderiam facilmente ser tratados como igualmente clássicos (Jardim e Marques, 2013). Seja pelo peso institucional de determinadas linhagens, notadamente, nesse caso, o das ditas tradições britânica e francesa, seja pelo potencial realmente instituidor de algumas obras em particular (obviamente tributário, em alguma medida, das circunstâncias históricas de sua produção), o processo pelo qual, nesse “momento expansivo” (Goody, 1995), a consolidação da antropologia como disciplina erigiu um conjunto de preocupações nodulares (dos quais os temas citados são parte), tornou igualmente canônicos alguns dos cenários em que tal expansão se deu. Diferentes localidades na África subsaariana (talvez só encontrando equivalentes na América indígena e, evidentemente, em distintas partes da Oceania), bem como um arsenal de conceitos e categorias nelas (ao menos em princípio) detectáveis ou nelas emergentes passaram, assim, a compor o vocabulário elementar e o mapa mental de “referências, experiências e afetos” (Said, 2003) pelo qual a disciplina se definiu.

De toda forma, parentesco e etnografia africanista são duas categorias que sintetizam acúmulos fundamentais e sobre os quais estabeleceram-se importantes movimentos da disciplina.

Hoje, estabeleceu-se uma percepção mais ou menos consensual de que, sobretudo, após a década de 1970 – parodiando uma canção bastante popular naqueles anos – *the thing doesn't remain the same*.¹ Fenômenos diversificados e de alta complexidade e dinâmicas sociais que, por vezes, pareceram peculiarmente aceleradas (e até foram apresentadas como se de fato o fossem) desestabilizaram e deslocaram os modelos que haviam conformado as versões clássicas desse campo dos estudos do parentesco, gerando efeitos sobre as aproximações a temas autônomos, mas que com eles mantiveram incontáveis conexões. Fosse pelo aparecimento crescente de novas tecnologias ou por transformações de uma ordem eminentemente moral, fosse pela mudança nos *designs* de arranjos domésticos e familiares ou pelas reinscrições do corpo como um terreno de política, apenas para ficar com alguns poucos exemplos, os sentidos de noções como gênero, família e reprodução social, bem como, uma noção de etnografia estiveram desde então cada vez mais sob escrutínio crítico. Cabe destacar, para compreender esse movimento de guinada reflexiva, o papel desempenhado, notadamente, de um lado, pelas várias críticas emanadas das teorias feministas e, de outro, pelo novo olhar para as temáticas em questão, que floresceram na esteira do que se convencionou chamar a era pós-Schneider (ver, dentre outros, Sahlins, 2011; Carsten, 2000a; 2000b; Peletz, 1995; Strathern, 1992).

Os novos desafios foram articulados ao movimento crítico da etnografia reforçando seu papel de mostrar os limites dos conceitos e perceptos analíticos usados pelo próprio etnógrafo em sua experiência histórica, através do tensionamento desses (conceitos e perceptos) nos contextos etnografados. Assim como a antropologia clássica – deslocando-se dos problemas da antropologia folclórica e deslocando-se dos problemas da sociologia – fez ancorar suas análises e seus deslocamentos teóricos sobre material empírico em que se operava também uma

¹ Alusão à canção *The song remains de same* (Page, J & Plant, R. 1973. 5'30". Atlantic Records).

“viagem”, um deslocamento geográfico, as superações que lhe sucederam herdaram essa habilidade crítica.

É evidente que a essa constatação se deve somar o fato de que foi também após os anos 70 do século passado que transformações geopolíticas radicais a nível global com a erosão do colonialismo enquanto um fato primordial vieram alterar profundamente as condições históricas de produção da antropologia. Sem querer discutir de modo mais denso essas transformações, que excedem nosso propósito aqui, podemos dizer que, de roldão pela passagem entre aquele mundo colonial em que tanto a disciplina, quanto a etnografia (seu método por excelência) se estabeleceram e uma condição pós-colonial repleta de polifonias e embaralhamento de categorias, os antropólogos parecem ter sido levados, de forma mais ou menos forçosa, a aceitarem o fato (na verdade, dado desde os primórdios desse campo disciplinar) de que seus esforços compreensivos poderiam ser acessíveis e levados a cabo quer se observasse um conjunto de regras de casamento e filiação em pequenas comunidades rurais da África austral, quer se acompanhasse procedimentos de fertilização *in vitro* na Grã-Bretanha. Além disso, a crítica da chamada “autoridade etnográfica” (Cf. Clifford, 2002) que se seguiu a esse corte histórico com o universo colonial (hoje, ela mesma objeto de crítica), assim como a consolidação de “outras antropologias” e novas tradições disciplinares locais, inseridas no contexto de uma antropologia cada vez mais global e, a um só tempo, cada vez mais localmente diversificada, contribuíram ainda mais para solapar de uma vez o fetiche da “alteridade radical” e das “lonjuras”, desterritorializando a disciplina daqueles cenários que ela havia instituído como clássicos (Cf. Peirano, 2006).

Cabe destacar, entretanto, que não pretendemos aqui reduzir o acúmulo da teoria antropológica do período clássico à produção de categorias ultrapassadas pela crítica dos anos 70. Por outro lado, é importante lembrar, como faz Pina Cabral, que

A ênfase sobre o passado colonial da pesquisa antropológica... quase consegue(m) silenciar o facto de que

a reescrita que (os críticos) fazem da história disciplinar se insere tanto nos alinhamentos ideológicos coevos como a dos seus antepassados se inseria nos deles (Pina Cabral, 2005:231).

Esses objetos que se movem, contudo, não deixam de existir.

Apenas para fornecer um exemplo concreto, aqueles que se interessarem por um problema etnográfico de alta relevância na história da disciplina e de fortes implicações para a discussão de temas como gênero, famílias e reprodução social, qual seja, o do chamado *brideprice/bridewealth* (o “preço da noiva”), dificilmente encontrarão, nos nossos dias, em quaisquer contextos africanos, aquela sólida paisagem envolvendo grupos familiares/linhageiros e mobilizando gados, mulheres e sofisticadas noções estratégicas de troca, como consta das descrições legadas pelos funcionalistas da primeira metade do século XX.

Novos agentes e agendas passam a integrar o repertório antropológico e essa introdução acontece em um movimento que é de superação e diálogo no interior de um conjunto de preocupações que retoma as clássicas de forma crítica.

Possivelmente, antes de se deparar com os reses que Evans-Pritchard nos ensinou a procurar em seu famoso lema fundador (“*cherchez la vache*”), será bastante mais recorrente encontrar engradados de Coca-Cola produzidos e engarrafados nos EUA ou motocicletas Honda fabricadas no Japão. Ainda assim, tais práticas serão dotadas de renovados e múltiplos significados (Cf. Comaroff, 1980) e podemos continuar a “*chercher la vache*”, na Coca-Cola, no “Homem com sua bicicleta”.² O mesmo se poderia dizer de uma miríade de outros problemas etnográficos que envolvem desde a constituição histórica, no campo da antropologia, de categorias como *personalidade e corporalidade* até os impactos dos movimentos contemporâneos de intensificação da circulação de bens e pessoas sobre fenômenos tão distintos como noções relativas ao cuidado de si ou a sucessão entre vivos e

² Escultura youruba “Homem com sua bicicleta”, comentada em APPIAH, 1997.

mortos – todas essas questões abordadas em profundidade nas contribuições que ora apresentamos. Relançar um olhar para esses problemas clássicos, reinscrevendo-os nos contextos etnográficos em relação aos quais foram originalmente pensados, talvez seja particularmente salutar não somente por nos permitir um reencontro com a história da disciplina e uma sempre necessária rediscussão das propriedades e das limitações de alguns conceitos que nela se fizeram clássicos, mas também por propiciar alguma descoberta, nesse antigo repertório, de novas questões emanadas de outras perspectivas. Para tanto – e acreditamos que os esforços aqui reunidos o demonstram, pelo menos em parte – talvez fosse igualmente salutar convocar os olhares de outras tradições de pesquisa e reflexão em antropologia, baseadas em outras histórias locais.

Assim, as diferentes contribuições deste dossiê ensaiam, cada uma à sua maneira, um duplo movimento teórico e metodológico. Por um lado, trata-se de articular a pesquisa histórica e etnográfica em contextos africanos ou afro-diaspóricos às atualizações promovidas no terreno dos estudos de gênero, família e reprodução social, reconhecendo a origem comum e congeminada de muitos dos problemas de teoria desenvolvidos tanto no âmbito desses estudos, quanto no da etnologia pertinente àqueles cenários. Por outro, trata-se de pensar alguns impasses da migração de modelos analíticos ajustados a esse repertório de questões e egressos desse saber africanista, com vistas à possibilidade de uma revisão de tais empreendimentos, geralmente de matriz anglófona ou francófona, a partir de uma perspectiva da Antropologia brasileira.

Entendemos que essa tarefa é típica de uma antropologia que formada a partir das leituras do centro organizou uma síntese, que está espalhada um pouco por diferentes universidades, que é de ter na atitude etnográfica a prática que permite jogar luz aos limites dos conceitos utilizados. É na medida em que não servem como perceptos e categorias de análise que o *potlach*, o átomo de parentesco, o irmão da mãe, o gado, as mulheres, os espíritos, os bronzes de benim, foram indicando os limites de nossa própria

linguagem, alargando nosso mundo e ao mesmo tempo indicando os limites históricos de nossa experiência e capacidade de explicação.

Em sua versão inicial, quase todas as contribuições foram apresentadas durante o Grupo de Trabalho “Estudos Africanos no Brasil: perspectivas, diálogos e desafios”, realizado durante a 28ª Reunião Brasileira de Antropologia da ABA, em São Paulo, em 2010. Após esse primeiro contato entre os/as pesquisadores/as interessados em gênero, parentesco, famílias e reprodução social, houve um processo de trocas e de amadurecimento coletivo dos trabalhos que resultou na proposição e preparação dos textos para este dossiê.

Acompanhando sugestão das editoras de *cadernos pagu*, incluímos no dossiê, como exceção aos textos apresentados naquele Grupo de Trabalho, a tradução de um capítulo de *Sexuality and Gender Politics in Mozambique* (2011), de Signe Arnfred, antropóloga dinamarquesa, professora associada e pesquisadora do Institute for Society and Globalization, da Roskilde Universitet, Dinamarca.

Quanto à organização, o dossiê está estruturado em três blocos, privilegiando os contextos etnográficos a que se referem. No primeiro, apresentamos duas contribuições relativas à região de KwaZulu-Natal, leste da África do Sul, focalizando, em alguma medida, processos de negociação entre *vivos e mortos*. Aina Guimarães explora o problema clássico do *lobolo* (forma nativa de designação do que se convencionou chamar *bridewealth*), pensando-o, sobretudo, como uma linguagem/meio através do qual as pessoas negociam suas formas de pertencimento a uma casa/família. A importante diferença entre alianças com, sem ou com *lobolo* parcialmente pagos é resgatada pela autora para discutir outro tema clássico dos estudos antropológicos em contextos africanos, qual seja, a ilegitimidade. Maira Vale, por sua vez, destaca o peso das categorias de separação construídas durante a vigência do *Apartheid* (1942-1991) no cotidiano das pessoas não brancas sul-africanas. Centrando sua discussão nas relações entre os *vivos* e os *mortos*, a autora discute as variadas

práticas de “compensação” de pendências (geralmente entretecidas à sucessão familiar) que se originaram em decorrência dos mecanismos e das leis do *Apartheid*. A “agência dos espíritos” continua em discussão no texto que abre o bloco a seguir, centrado numa outra questão clássica (ainda que talvez mais presente em outras tradições dos Estudos Africanos, notadamente a norte-americana): o problema da mobilidade e da migração e de seus impactos sobre as noções e as vivências de família em contextos afro-diaspóricos. Rodrigo Bulamah mobiliza o vocabulário haitiano sobre famílias e espíritos, bem como as formulações tradicionais de pesquisadores dedicados ao Haiti, para organizar uma reflexão sobre socialidade e migração. Na sequência, Cláudia Bongianino reflete sobre as maneiras pelas quais mobilidade e parentesco se relacionam na prática de “fazer família” entre Cabo Verde e Itália, mostrando-nos que as práticas e concepções locais sobre parentesco não se esgotam no sangue ou na afinidade, nem na partilha de substâncias em situação de co-presença, tal como postulado em literatura mais recente sobre o tema.

Por fim, encerramos o dossiê com três artigos sobre Moçambique, todos eles reflexões em que o *corpo* é o protagonista. Denise Cruz observa, sobretudo, as cabeças. Estudando o cuidar dos cabelos de mulheres da capital moçambicana, Maputo, a autora demonstra como investimentos estéticos-corporais, envolvendo noções de “criatividade”, são acionados num campo de relações que incide sobre as próprias identidades e posições contemporâneas das mulheres moçambicanas. Osmundo Pinho, por seu turno, apresenta uma reflexão em que história social e antropologia estão profundamente imbricadas, discutindo o continuado processo histórico de produção/regulação das mulheres a partir de seus corpos e “carne”, com incidências sobre as perspectivas gerais de relações de gênero e parentesco no contexto da transição pós-colonial de Moçambique.

Por último, apresentamos ao público brasileiro a tradução de “Notas sobre Gênero e Modernização em Moçambique”,

capítulo de *Sexuality and Gender Politics in Mozambique* (2011), de Signe Arnfred. Baseando-se na sua trajetória pessoal de militante socialista e feminista, com destaque para sua participação na implantação da Organização da Mulher Moçambicana (OMM), durante o período do regime de partido único dirigido pela Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), entre 1975 e 1990, a autora mobiliza dados etnográficos sobre três distintas regiões do país para discutir o que descreve como uma “frustração” de expectativas, dada pelo descompasso entre a situação contemporânea das mulheres moçambicanas e as promessas de emancipação/igualdade/ autonomia veiculadas no bojo dos discursos sobre a modernização que tiveram lugar no Moçambique pós-independência. Vencedor de um prêmio internacional no ano de 2012 (Gender Research Award KRAKA-Prisen), o livro de Arnfred tem ainda o mérito de abordar com densidade e abertura a questão das relações intergeracionais entre mulheres e o delicado problema da iniciação sexual feminina. Esperamos que os textos aqui reunidos possam não apenas suscitar instigantes debates, mas também – e sobretudo – estimular novos esforços de pesquisa nas veredas aqui descortinadas.

Diego Ferreira Marques e Marta da Rosa Jardim

Referências bibliográficas

- APPIAH, A. Será o Pós em Pós-Modernismo o Pós em Pós-Colonial? In: APPIAH, A. *Na casa de meu pai*. Contraponto, Rio de Janeiro, 1997.
- CARSTEN, Janet. *After Kinship*. New York, Cambridge University Press, 2000.
- _____. (ed.). *Cultures of relatedness*. New approaches to the study of kinship. New York, Cambridge University Press, 2000.
- COMAROFF, John (ed.). *The meaning of marriage payments*. New York, Academic Press, 1980.

- GOODY, Jack. *The Expansive Moment. Anthropology in Britain and Africa (1918-1970)*. Cambridge, University Press, 1995.
- JARDIM, Marta e MARQUES, Diego. O que é isto: “a África e sua história”? In: TRAJANO FILHO, Wilson (org.). *Travessias Antropológicas: estudos em contextos africanos*. Procad-UNB, Capes, Aba Publicações, Brasília, 2012, pp.31-62.
- KUPER, Adam. *A reinvenção da sociedade primitiva*. Transformações de um mito. Recife, EdUFPE, 2008.
- PEIRANO, Mariza. *A teoria vivida e outros ensaios de antropologia*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2006.
- PELETZ, Michael G. Kinship studies in late 20th Century Anthropology. In: *Annual Review of Anthropology*, vol. 24, 1995, pp.343-372.
- PINA CABRAL, João de. Crises de Fraternidade. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 11, n° 24, jul./dez. 2005, pp.229-253
- SAHLINS, Marshall. “What kinship is?” *The Journal of the Royal Anthropological Institute*, vol. 17, 2011, pp.2-19.
- SAID, Edward W. *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*. São Paulo, Cia. das Letras, 2003.
- STRATHERN, Marilyn. Parts and Wholes. Refiguring relationships in a postplural world. In: KUPER, Adam (ed.). *Conceptualizing Society*. London, Routledge, 1992, pp.128-234.